



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

ATA DE REUNIÃO Nº 03/2023

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 04/05/2023

Horário: a partir de 15h

Local: Remota - teams

Objeto: Reunião mensal da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

PARTICIPANTES			
NOME	MATRÍCULA	CARGO	UNIDADE
GÚCIO CARVALHO COELHO	2293	Juiz Auxiliar	Corregedoria Geral da Justiça
LEOPOLDINA DE ANDRADE FERNANDES	10256	Juíza de Direito	Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua
FRANCISCO MARCELO FONTENELE BRAGA	7834	Analista Judiciário	Área de Sustentabilidade
KÉLIA DA SILVA AIRES ARAGÃO	48050	Técnico Judiciário	Área de Gestão Estratégica
NARA CÉLIA ROLIM COSTA	22577	Técnico Judiciário	Área de Arquitetura
CLAÚDIO APARECIDO BENTO MONTEIRO	3281	Analista Judiciário	Área de Tecnologia da Informação
IANE CAROLINA RODRIGUES FERREIRA	47189	Técnico Judiciário	Área de Gestão de Pessoas



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

PAUTA

- Assuntos gerais

PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS/DELIBERAÇÕES

1. Apresentação dos integrantes da Comissão do Biênio 2023-2025, segundo a Portaria 905/2023.
2. Conhecimento do processo de criação da Unidade de Acessibilidade e Inclusão (CPA 8502644-06.2022.8.06.0000), prevista no artigo 22 da Resolução da 401/2021 do CNJ, já arquivado e sem decisão sobre a criação.
3. Requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade no que se refere a acessibilidade e inclusão;
4. Atualização dos dados das ações do TJCE para concorrer ao Prêmio;
5. Compartilhamento da experiência do Evento sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista): Seminário de apresentação do Manual de Atendimento a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que aconteceu no dia 26.04.2023 no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no qual a Dra. Leopoldina de Andrade Fernandes participou e nos relatou sobre a possibilidade da realização de um evento similar no Tribunal de Justiça do Ceará para a promoção de um atendimento com mais qualidade para esse público.

COMPROMISSOS GERADOS



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

DESCRIÇÃO	PRAZO/ STATUS	RESPONSÁVEL
Organizar reuniões mensais	30 dias	Iane
Organizar pautas específicas por áreas a serem apresentadas no próximo encontro para organizar um planejamento estratégico da Comissão.	30 dias	Todos os integrantes

APROVAÇÕES

A análise e as considerações dos participantes, bem como suas manifestações de acréscimos e/ou correções, deverão ser enviadas até o dia 30/05/2023 para o grupo da comissão via WHATSAPP . Aqueles que não emitirem pronunciamento no período estabelecido estarão, conseqüentemente, aprovando a Ata.

Fortaleza, 05 de maio de 2023.